

5m



Vila Verde
Município

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público

AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE FRUTA E PRODUTOS
HORTÍCOLAS NAS ESCOLAS DO 1º CICLO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REGIME DE
FRUTA ESCOLAR

APROVADO

Vila Verde, 16 / 09 / 2022

O Vereador da Educação, Ação Social e Desenvolvimento
Económico (com competência delegada/subdelegada
por despachos da Presidente de 21/10, 03/11 e 10/11, de 2021)


Dr. Manuel de Oliveira Lopes

Setembro 2022

Parte I

Do contrato

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal, o fornecimento e distribuição de **84000 peças** de fruta e produtos hortícolas (100 gramas/aluno/dia), destinados a 1400 alunos das **21 escolas do 1º ciclo** do Concelho de Vila Verde.
2. O total de alunos indicado é ligeiramente superior ao real, podendo sofrer alterações, salvaguardando-se o possível aumento ou diminuição do número total de alunos por escola.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual.

Contrato – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos.

Órgão competente para a decisão de contratar – Vereadora da Educação, Cultura e Ação Social da CMVV

S. Inc

Entidade Adjudicante – Município de Vila Verde;

Adjudicatário – Entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato.

Artigo 3.º

Forma e documentos contratuais

- 1- O contrato será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.
- 2- Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 4.º

Duração do contrato

O contrato tem a duração de 9 meses, de outubro de 2022 a junho de 2023, devendo todos os bens ser entregues dentro desse período.

fln

Artigo 5.º

Obrigações do adjudicatário

1- O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2- Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

b) Prestar o serviço à entidade adjudicante, conforme as especificações do presente caderno de encargos e respetivo anexo;

c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

e) Não alterar as condições da prestação do serviço fora dos casos previstos no caderno de encargos.

f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Artigo 6.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- 1- Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

Artigo 7.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 8.º

Alterações ao contrato

- 1- Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2- A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3- O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

4- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 9.º

Cessão da posição contratual

- 1- Não é permitida a cessão da posição contratual sem autorização prévia do Município de Vila Verde.
- 2- A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

Artigo 10.º

Subcontratação

- 1- O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
- 2- Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
- 3- Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela execução do contrato.

gle

Artigo 11.º

Preço base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **12.115.35€**, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 12.º

Preço e condições de pagamento

- 1- A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 dias.

Artigo 13.º

Boa fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

SP-1

Parte II

Especificações técnicas

Artigo 15.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O fornecimento de frutas e hortícolas será efetuado semanalmente de forma a garantir a distribuição de 100 gramas de fruta/produtos hortícolas a cada criança, duas vezes por semana, em dias alternados, salvaguardando-se a obrigatoriedade de se tratar de produtos frescos e sazonais.
2. As quantidades a entregar semanalmente em cada estabelecimento de ensino, serão fornecidos à empresa adjudicatária antes do início da distribuição. A quantidade definida por escola poderá sofrer alterações decorrentes da transferência de alunos. Quando tal se verificar, a empresa fornecedora será atempadamente informada de forma a ajustar a entrega.
3. As frutas e produtos hortícolas, deverão ser entregues nos estabelecimentos de ensino, devidamente higienizados e encaixotados por turma. O número de turmas por estabelecimento de ensino consta do **Anexo C** ao presente caderno de encargos.
4. Os produtos a fornecer devem começar a ser distribuídos nas escolas a partir da semana de 24 a 28 de outubro até à semana de 12 a 16 de junho, do ano letivo **2022/2023**, exceto nas interrupções letivas, de acordo com o calendário escolar definido e aprovado pelo Ministério da Educação e conforme o definido no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos.

5. A entrega dos produtos nas escolas deve ser efetuada sempre no início de cada semana, permitindo uma melhor gestão da sua distribuição aos alunos e consequentemente da implementação do Programa por parte dos estabelecimentos de ensino.

6. O fornecimento e distribuição das frutas e produtos hortícolas deverá obedecer aos critérios e parâmetros definidos no Regulamento (UE) nº 1308/2013, do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Regulamento (UE) 2016/791, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de maio e demais legislação aplicável.

7. O fornecimento das frutas e produtos hortícolas deverá ser efetuado de acordo com o disposto na Portaria nº 113/2018, de 30 de abril e na Portaria nº 94/2019, de 28 de março, nomeadamente, no que respeita aos produtos elegíveis, constantes no **Anexo B** ao presente Caderno de Encargos. Deverá ser respeitado o disposto na Estratégia Nacional de Implementação do Regime de Fruta Escolar, nomeadamente no que concerne às regras de distribuição.

8. O adjudicatário é responsável pela qualidade e condições higiosanitárias no fornecimento e distribuição das frutas, de acordo com a legislação em vigor em matéria de distribuição de produtos alimentares. Os produtos devem ser frescos, de fácil consumo em espécie e devidamente acondicionados. Deve ainda ser atendida a sazonalidade dos produtos, com o objetivo de dar preferência aos produtos da época.

9. O adjudicatário obriga-se a preencher e a facultar os registos de entrega dos produtos e quantidades fornecidas nos vários estabelecimentos de ensino, que devem ser devidamente arquivados.

10. O adjudicatário poderá alterar a ordem e o tipo de frutas/produtos hortícolas previstos, relativamente ao estipulado no **Anexo A**, mediante a apresentação atempada por escrito dos motivos dessa alteração. Essa só se efetuará com a concordância do

825

Município, por escrito, ao adjudicatário.

11. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante o serviço objeto do contrato em conformidade com as especificações do presente caderno de encargos e respetivos anexos.

12. O serviço objeto do contrato deve ser prestado nas condições exigidas considerando o fim a que se destinam.

13. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do serviço objeto do contrato que existam no momento em que o serviço é prestado.

Artigo 16.º

Local e prazo

1- Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nas escolas do 1º ciclo do Concelho.

Parte III

Disposições finais

Artigo 17.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, em valor correspondente, no máximo, a 20% do preço contratual.

glv

Artigo 18.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

- 1- O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato.
- 2- A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1- Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2- Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Município de Vila Verde

Praça do Município

4730-733 Vila Verde

À atenção de:

Divisão de Educação e Promoção Social

E-mail: silvia.rodrigues@cm-vilaverde.pt ou rosa.freitas@cm-vilaverde.pt

Sln

Artigo 20.º

Cláusula arbitral e foro competente

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido será dirimido no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Artigo 21.º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes no CCP.

Gr. 1.º

ANEXO A

DISTRIBUIÇÃO FRUTA ESCOLAR 1º CICLO

ANO LETIVO 2022 - 2023

30 SEMANAS

OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
	2 a 4	5 a 9	3 a 6	1 a 3	1 a 3	INTERRUPÇÃO PÁSCOA	2 a 5	5 a 9
	Pêra	Pêra	Maçã	Clementina	Maçã		Pêra	Maçã
	Diospiro	Laranja	Clementina	Pêra	Laranja		Laranja	Nectarina
	7 a 11	12 a 16	9 a 13	6 a 10	6 a 10		8 a 12	12 a 16
	Maçã	Maçã	Pêra	Maçã	Pêra		Maçã	Pêra
	Tangerina	Tangerina	Cenoura	Tangerina	Clementina		Pêssego	Laranja
	14 a 18	INTERRUPÇÃO NATAL	16 a 20	13 a 17	13 a 17	17 a 21	15 a 19	
	Pêra		Maçã	Laranja	Banana	Banana	Clementina	
	Laranja		Banana	Maçã	Tangerina	Pêra	Pêra	
24 a 28	21 a 25		23 a 27	23 a 24	20 a 24	24 a 28	22 a 26	
Uva	Maçã		Pêra	Anona	Pêra	Maçã	Cereja	
Ameixa	Banana		Laranja	Kivi	Tomate	Laranja	Maçã	
	28 a 30				27 a 31		29 a 31	
	Kivi				Maçã		Banana	
	Pêra				Pêra		Tomate	

5/12/19

ANEXO B

Produtos elegíveis (100 gramas por dia/aluno/peça)
Maçã
Pera
Clementina
Tangerina
Laranja
Banana
Cereja
Uvas
Ameixa
Pêssego
Anona
Quiwi
Diospiro
Cenoura
Tomate (incluindo variedade cereja ou equivalente)

(Portaria n° 94/2019, de 28 de março)

2/2

ANEXO C			
	Nome do Agrupamento	Escola do 1º ciclo	Turmas
			Coordenadas Google
Agrupamento de Escolas de Moura e Ribeira do Neiva	Agrupamento de Escolas de Moura e Ribeira do Neiva	EB de Ribeira do Neiva	7 Lat - 41°41'40.33"N / Long - 8°29'50.40"W
		EB de Freiz	2 Lat - 41°38'54.37"N / Long - 8°30'8.48"W
		EB da Lage	6 Lat - 41°37'21.61"N / Long - 8°28'0.96"W
		EB de Moura e Ribeira do Neiva	5 Lat - 41°38'22.15"N / Long - 8°28'48.52"W
		EB de Parada de Gatim	1 Lat - 41°37'18.56"N / Long - 8°31'4.42"W
		EB de Cabanelas	4 Lat - 41°35'11.87"N / Long - 8°29'51.84"W
Agrupamento de Escolas de Prado	Agrupamento de Escolas de Prado	EB de Sobral	4 Lat - 41°35'45.13"N / Long - 8°31'19.03"W
		EB de Oleiros	2 Lat - 41°36'51.39"N / Long - 8°29'37.13"W
		EB Nº 1 de Prado	9 Lat - 41°36'16.27"N / Long - 8°27'33.39"W
		EB Monsenhor Elísio Araújo	6 Lat - 41°41'20.53"N / Long - 8°25'25.13"W
		EB de Aboim da Nóbrega	1 Lat - 41°44'47.17"N / Long - 8°23'42.24"W
		EB de Alões	2 Lat - 41°43'24.33"N / Long - 8°25'6.49"W
Agrupamento de Escolas de Vila Verde	Agrupamento de Escolas de Vila Verde	EB de Oriz S. Miguel	1 Lat - 41°41'38.07"N / Long - 8°22'13.61"W
		EB de Sande	1 Lat - 41°42'15.86"N / Long - 8°23'46.11"W
		EB de Barbudo	3 Lat - 41°38'52.32"N / Long - 8°26'55.25"W
		EB de Esqueiros	2 Lat - 41°39'43.23"N / Long - 8°26'41.02"W
		EB de Geme	2 Lat - 41°39'53.75"N / Long - 8°25'42.08"W
		EB de Lanhas	1 Lat - 41°39'48.43"N / Long - 8°24'28.55"W
		EB de Soutelo	4 Lat - 41°36'48.61"N / Long - 8°26'32.94"W
		EB de Turiz	4 Lat - 41°38'2.73"N / Long - 8°26'50.80"W
		EB Nº 2 de Vila Verde	13 Lat - 41°38'35.69"N / Long - 8°25'43.07"W